



**CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - CRESS 12ª REGIÃO**  
Rua: Dos Ilhéus, nº 38 Edifício APLUB, Salas: 1004/1005/1006 - Centro  
FLORIANÓPOLIS - SC CEP: 88.010-560

## **RESOLUÇÃO Nº 034/2016 DE 16 DE SETEMBRO DE 2016.**

Dispõe sobre parâmetros para o cumprimento da Lei 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação no âmbito do Conselho Regional de Serviço Social - CRESS 12ª Região e dá outras providências.

O Conselho Regional de Serviço Social - CRESS 12ª Região, em reunião do Conselho Pleno realizada em 16 de setembro de 2016, no uso de suas atribuições previstas na Lei 8.662/93, no Regimento Interno do CRESS - 12ª Região, nas Resoluções CFESS e demais legislações em vigor.

**Considerando** que todos têm direito a receber dos órgãos público informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da Lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado (art. 5º, XXXIII, Constituição Federal de 1988);

**Considerando** o que diz a Lei Federal 12.527 de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações;

**Considerando** a que diz o Decreto Federal nº 7.724, de 16 de maio de 2012;

**Considerando** a manifestação jurídica 01/2012-V, de 17 de setembro de 2012;

**Considerando** a aprovação da Resolução CFESS nº 650/2013, de 26 de junho de 2013;

### **RESOLVE:**

Art. 1º Fica instituído o Serviço de Informação ao Cidadão - SIC no âmbito do Conselho Regional de Serviço Social - CRESS 12ª Região.

Art. 2º O Serviço de Informação ao Cidadão tem como atribuições atender e orientar o público, protocolizar documentos e informar sobre a tramitação de requerimentos, podendo realizar audiências ou consultas públicas.



**CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - CRESS 12ª REGIÃO**  
Rua: Dos Ilhéus, nº 38 Edifício APLUB, Salas: 1004/1005/1006 - Centro  
FLORIANÓPOLIS - SC CEP: 88.010-560

*Parágrafo Único* - Fica estabelecido as seguintes instâncias responsáveis pelas informações do Portal da Transparência no que concerne aos pedidos de informação através do Serviço de Informação ao Cidadão:

- a) Receber e monitorar em primeira instância os pedidos de informação - Coordenação Técnica;
- b) Recurso em segunda instância dos pedidos indeferidos - Comissão Administrativa/Financeira;
- c) Recurso em terceira instância dos pedidos indeferidos - Diretoria;
- d) Recurso em quarta e última instância dos pedidos indeferidos - Conselho Pleno.

Art. 3º Os requerimentos feitos ao Serviço de Informações ao Cidadão serão respondidos em até 20 (vinte) dias, quando o acesso imediato à informação não estiver disponível, conforme a Lei 12.527/2011.

*Parágrafo primeiro* - O prazo do caput poderá ser prorrogado por mais 10 (dez) dias, desde que justificado expressamente e cientificado/a o/a requerente.

*Parágrafo segundo* - A Comissão Administrativa/Financeira juntamente com a Comissão de Comunicação do CRESS 12ª Região definiram o Termo de Classificação de Informação (TCI) - Informações Sigilosas, o qual segue anexo a presente Resolução.

Art. 4º O sítio do Conselho Regional de Serviço Social - CRESS 12ª Região na rede mundial de computadores (internet) disponibilizará:

- I - Estrutura organizacional, competências, endereços, telefones e horários de atendimento ao público;
- II - Registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros e despesas;
- III - Informações concernentes a procedimentos licitatórios;
- IV - Dados gerais para o acompanhamento de ações e respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.

Art. 5º O Conselho Regional de Serviço Social - CRESS 12ª Região divulgará anualmente em seu sítio na rede mundial de computadores (internet) e por escrito em sua sede relatório estatístico contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes.

Art. 6º As Comissões Administrativo-financeira e de Comunicação ficam responsáveis por coordenar o cumprimento do estabelecido na Lei 12.527/2011, assegurando o cumprimento



**CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - CRESS 12ª REGIÃO**

Rua: Dos Ilhéus, nº 38 Edifício APLUB, Salas: 1004/1005/1006 - Centro  
FLORIANÓPOLIS - SC CEP: 88.010-560

das normas relativas ao acesso à informação, tendo como atribuições acompanhar e recomendar medidas indispensáveis.

*Parágrafo único* - O Setor Financeiro do CRESS 12ª Região, juntamente com a Assessoria Contábil e o Setor de Suporte de Informática, serão responsáveis em atualizar as informações constantes no portal da transparência, cumprindo a Lei 12.527/2011.

Art. 7º Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Regional de Serviço Social - CRESS 12ª Região, por deliberação de seu Conselho Pleno.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis SC, 16 de setembro de 2016.

**Rosana Maria Prazeres**

A.S. 2840 CRESS/SC

Presidente

**TERMO DE CLASSIFICAÇÃO DE INFORMAÇÃO (TCI) - Informações Sigilosas**

<b>Tipologia/Espécie/ Assunto</b>	<b>Justificativa Fundamentação Legal</b>	<b>Observação</b>
Atas e Instrumentais da COFI	Resolução CFESS 512 de 29/09/2007 Decreto 7.724/2012 Art. 25 Inc. IX contém informações pessoais.	Trata-se de documentos de fiscalização do exercício profissional em que constam dados sigilosos dos processos e informações pessoais.
Dados referentes a Inscrição	Resolução CFESS 572 de 25/05/2010 Decreto 7.724/2012 Art. 25 Inc. IX contém informações pessoais.	
Dados referentes a inadimplência	Resolução CFESS 361 de 08/03/1998 Decreto 7.724/2012 Art. 25 Inc. IX contém informações pessoais.	
Termo de Acordo Extra Judicial	Decreto 7.724/2012 Art. 25 Inc. IX contém informações pessoais.	
Certidões de Regularidade e de Responsabilidade Técnica	Decreto 7.724/2012 Art. 25 Inc. IX contém informações pessoais.	
Deliberações constantes em Atas do Conselho Pleno e Diretoria	Decreto 7.724/2012 Art. 25 Inc. IX contém informações pessoais.	Sugere-se que as Deliberações tenham publicidade quando de caráter geral, dirigidas ao público. Caso uma Deliberação tenha alcance restrito mantém-se o sigilo.
Procedimento de Desagravo Público	Resolução CFESS 443 de 23/05/2003 Decreto 7.724/2012 Art. 25 Inc. IX contém informações pessoais.	Desde que faça menção somente à existência da ofensa respeitando o Código de Ética e o previsto na Resolução 443/2003.
Advertências reservadas	Resolução CFESS 273/1993 e alterações Artigo 33.	
Processo Ético Disciplinar	Resolução CFESS 660 de 13/10/2013. Decreto 7.724/2012 Art. 25 Inc. IX contém informações pessoais.	Ressalvado o acesso à informação às partes e seus procuradores.

<b>Tipologia/Espécie/ Assunto</b>	<b>Justificativa Fundamentação Legal</b>	<b>Observação</b>
Processo administrativo disciplinar de trabalhadores/as	Lei 12.527/2011, com relação a procedimentos disciplinares em geral.	A regulamentação descrita no Art. 23, inciso VIII da Lei 12.527/2011 permite afirmar que a exceção contida na parte final do inciso XXXIII do Art. 5º da CF pode ser considerada aplicada, vez que existe a possibilidade de atribuição de grau reservado de sigilo para as informações cuja divulgação possa comprometer atividades de fiscalização ou investigação em curso. Nesse caso, pedido de acesso, cópia, vistas ou esclarecimento apresentado por terceiros pode ser obstado por cláusula de sigilo inserida em rito disciplinar. Permitido o acesso somente às partes e ao seus procuradores.
Processos de Sindicância	Resolução CFESS 469 de 13/05/2005 regulamenta o Estatuto do Conjunto CFESS/CRESS. Decreto 7.724/2012 Art. 25 Inc. IX contém informações pessoais.	Permitido o acesso somente às partes e ao seus procuradores.
Rescisões de Contrato de trabalho	Decreto 7.724/2012 Art. 25 Inc. IX contém informações pessoais.	
Recibo de Pagamento de Autônomo - RPA	Decreto 7.724/2012 Art. 25 Inc. IX contém informações pessoais.	
Processo de Perda de mandato	Resolução CFESS 469 de 13/05/2005 regulamenta o Estatuto do Conjunto CFESS/CRESS. Art. 92, parágrafo 1º e 2º.	Permitido o acesso somente às partes e ao seus procuradores.
Relação ou dos profissionais e instituições de Serviço Social	Decreto 7.724/2012 Art. 25 Inc. IX contém informações pessoais.	Por ocasião dos processos eleitorais do conjunto CFESS/CRESS, a liberação de listagem por Estado será disciplinada por Resolução específica.